



Eixo 1 – Não deixar ninguém para trás

## Práticas censórias sobre a literatura de Cassandra Rios no Brasil

*The censorship practices aiming the Cassandra Rios Brazilian literature*

**Diogo Roberto da Silva Andrade** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – didts@eci.ufmg.br

**Gabriele da Silva Santos** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – gabrielesantosestudos@gmail.com

**Carlos Eduardo da Cunha de Souza** – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – carlos.souza@estudante.ufscar.br

**Daniel de Freitas Picardi** – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – danielpicardi@gmail.com

**Resumo:** Cassandra Rios foi uma autora reconhecida nacionalmente como uma representante da literatura sáfica. Das 42 obras que a autora publicou, estima-se que 36 foram proibidas pela censura da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Este trabalho tem como objetivo: reunir os registros das práticas censórias acerca da literatura de Cassandra Rios no Brasil. Desta forma, a partir da abordagem qualitativa, realizou-se uma busca de documentos no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) que demonstrem tais práticas de censura. Nas análises dos documentos recuperados, observa-se como obras com temáticas homossexuais eram atacadas por “ferirem” a moral e os bons costumes.

**Palavras-chave:** Literatura. Sexualidade – sáfica. Cassandra Rios. Censura – Brasil. Informação e comunicação.

**Abstract:** Cassandra Rios was a nationally recognized author as a representative of sapphic literature. From her 42 works, it is estimated that 36 were banned by the censorship held by the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985). This work aims to: gather records of censorship practices concerning the literature of Cassandra Rios in Brazil. This way, starting from a qualitative research approach, was made a search of documents in the National Archives Information System (SIAN) that show the said censorship acts. Therefore, in the analysis of the recovered files, we noticed how homosexuals' plots were attacked by hurting the moral and good conduct.



**Keywords:** Literature. Sexuality – sapphic. Cassandra Rios. Censorship – Brazil. Information and communication.

## 1 INTRODUÇÃO

As práticas censórias são manifestações de controle executadas por agentes na vida pública e privada, pautadas em instrumentos censores e em órgãos de poder, como o Estado, a Igreja, o militarismo *etc.* Ao longo dos anos é sabido que estes órgãos, as suas deliberações e suas decisões impedem, em diversos cenários, a fruição da literatura. Desse modo, quando um livro ou uma autoria são censurados as pessoas leitoras são impedidas de acessar tais documentos, seja no intuito de tê-los como fontes de informação úteis para a sua formação ao longo da vida (conhecimento) ou enquanto parte das suas práticas de lazer (cultura).

Em território brasileiro, alguns registros de práticas censórias podem ser acessados, por exemplo, pelo Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) que guarda diversas coleções de documentos, inclusive documentos relativos às práticas de censura feitas durante a Era Vargas (1930-1945) e durante o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), momentos de nossa história em que as práticas da censura foram mais recorrentes e explícitas.

Se observada enquanto fenômeno que afeta cultural e politicamente os sujeitos sociais e informacionais no que toca o acesso à informação, a censura se apresenta como uma lei promotora de silêncios. Censura é um termo em latim (“*censere*”) atrelado ao magistrado romano que ditava deveres e direitos das classes sociais (Dutra, 2021). Contudo, deve-se observar que a censura é um termo pluralizado por se estender em uma gama de práticas e tipologias, a saber: censura preventiva (*e.g.* controle governamental sobre as artes) e censura repreensiva (*e.g.* controle dos documentos publicados) (Dutra, 2021).

Para este trabalho, é de interesse das pessoas pesquisadoras os registros de censuras que acometeram a vida pública e privada da autora brasileira Cassandra Rios<sup>1</sup>. Assim, questiona-se: quais foram as práticas censórias praticadas pelos órgãos de poder

---

<sup>1</sup> A autora, nascida Odette Pérez Ríos (1932-2002 – São Paulo) é reconhecida nacionalmente como a representante da literatura sáfica. Ao longo de sua carreira, Cassandra Rios publicou 42 livros, divididos entre romances e autobiografias.



brasileiros sobre as obras de Cassandra Rios? Ao passo que se tem como objetivo: reunir os registros das práticas censórias acerca da literatura de Cassandra Rios no Brasil.

Enquanto justificativa, a experiência de pesquisa acadêmica dessas autorias foi atravessada pela literatura acerca das censuras. É de interesse das pessoas pesquisadoras debruçar-se sobre teorias que conceituam e expandem os conhecimentos sobre as censuras, principalmente em território brasileiro. Portanto, descortinar práticas censórias no contexto brasileiro de literatura leva à prática reflexiva das pessoas bibliotecárias e todas aquelas que realizam a salvaguarda, fruição, aquisição, seleção, catalogação e mediação de documentos, em especial nas bibliotecas (Vergueiro, 1989, 1995).

### **1.1 Censuras brasileiras**

Ao se pensar no projeto de um Brasil colonial não é de se estranhar que a censura de livros tenha se feito presente ao longo da nossa história desde as épocas em que se inicia a ocupação do território até os dias atuais, mudando a sua forma de agir, e de se apresentar, de acordo com as mudanças sociais e de paradigmas que se observa em nossa história (Viana, 2023; Villalta, 2021). Por muitos anos, não houve órgãos dedicados à impressão e distribuição de livros no país (Dutra, 2021). A fundação da primeira editora brasileira só ocorreu em 1808 com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, contudo mesmo com o advento de uma editora em nossas terras, a coroa fiscalizava as obras produzidas e que circulavam na colônia (Dutra, 2021).

Ao se tratar da censura, este ato deve ser observado enquanto uma forma de violência que mutila expressões e opiniões que diferem dos interesses das classes investidas de poder, buscando uma uniformidade no pensamento das massas, atuando assim na eliminação de ideias dissidentes (Cavalcanti; Pajeú; Bufrem, 2022). Nesse sentido, as pessoas bibliotecárias devem se comprometer com a liberdade intelectual e o combate à censura, em que se busca o livre acesso à informação.

No período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), em que a censura foi severa não apenas sobre as obras literárias, mas todas as esferas da sociedade foram obrigadas a se adequar às normas vigentes naquele período, sofrendo dura repressão e ataques da censura (Salcedo; Costa, 2018). Entretanto, no período entre 1964 e 1968, essa censura ainda carecia de uma estrutura robusta e um sistema propriamente



adequado, ou ainda, de critérios que fossem claros e bem definidos (Reimão; Nery; Manués, 2022). Esse cenário mudou no final de 1968, com a promulgação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) (Viana, 2023).

Junto do AI-5, o Decreto-Lei nº 1.077 (Brasil, 1970) surgiu enquanto outro instrumento de institucionalização da censura. Este decreto permitiu a censura de livros que não estivessem de acordo com a moral e os bons costumes, proibindo a publicação e circulação de diversas obras (Viana, 2023). No Decreto-Lei nº 1.077 (Brasil, 1970), as publicações eram tidas como subversivas e ameaçadoras não só para a sociedade, mas também para o desenvolvimento sadio da juventude, sendo assim um perigo para a segurança nacional (Souza, 2018). Foi a partir destes instrumentos legais que diferentes obras que tivessem em seu conteúdo questões relacionadas a gênero, sexualidade ou políticas comunistas e de esquerda, fossem constantemente e sistematicamente atacadas (Igreja, 2021).

## 1.2 A literatura sáfica de Cassandra Rios

Conforme se apresentou no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) ao tratar os temas de censura sobre a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e outros mais (LGBTQIA+), as censuras relativas a este coletivo passaram a ser sistematizadas a partir de 1980 quando o coletivo Grupo Gay da Bahia iniciou a coleta de maneira sistêmica de dados sobre mortes violentas de gays, lésbicas e travestis. Embora esse exercício fosse limitado, não dimensionando todos os sentidos e as violências cometidas, o coletivo representou um movimento ativista importante para o período, principalmente num período em que manifestações políticas eram reprimidas (Green; Céspedes; Quinalha, 2014).

No que tange à violência censória praticada contra Cassandra Rios, destaca-se que 36 de suas obras foram proibidas, consolidando-a como a escritora mais visada pelo regime militar – apesar de divergências sobre o número exato de censuras e vendagens, além disso a sua sexualidade também era motivos de assédios (Brum; Marquetti, 2018; Marcelino, 2006; Rios, 1978). Sob acusações de atentado à moral e os bons costumes, proibida pela direita e rejeitada pela esquerda, os livros da autora – ao apresentarem em maioria romances sáficos – sofreram as represálias da Divisão de Censura de Diversões Públicas na década de 1970 (Marcelino, 2006; Rios, 1978).



O caráter das obras de Cassandra Rios ao abordarem abertamente a lesbianidade, incomodaram os órgãos censores devido ao impacto e reconhecimento popular alcançado, colocando-a como a artista com maior volume de vendas no período ao passo que suas obras foram retiradas das livrarias e barradas de serem publicadas nas gráficas (Green; Céspedes; Quinalha, 2014). Os seus escritos não partiam primordialmente de um viés político partidário, mas de uma ótica erótica que se opunha à hegemonia religiosa da atmosfera política do período, influenciando a leitura da realidade e a forma como a demonstração da homossexualidade representaria uma “ameaça subversiva à sociedade brasileira” e ao “esquerdismo comunista” (Marcelino, 2006). Mais tarde, essa lógica viria a justificar a censura político-ideológica sofrida por Cassandra Rios e outros artistas LGBTQIA+ no período da Ditadura Militar Brasileira (Green; Céspedes; Quinalha, 2014; Marcelino, 2006).

Desse modo, Cassandra Rios se tornou visada pela censura mais do que por escrever obras eróticas, mas sim por introduzir a lesbianidade na literatura de maneira consistente, sofisticada e inédita (Brum; Marquetti, 2018). Sua arte expunha sujeitos em situações de vulnerabilidade e colocados à margem política e cultural pelos órgãos de poder na realidade social brasileira, os comportamentos e vivências desses sujeitos relatados pela autora eram julgados pelo Estado, pois “aliciavam o leitor à homossexualidade” (Green; Céspedes; Quinalha, 2014, p. 304).

Essa trajetória<sup>2</sup> de resistência da autora foi registrada pelo jornal *Lampião da Esquina* que, em 1978, publicou a edição nº 5 “Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros, ela só pensa em escrever”. A autora já vitimada pela censura, expôs sua compreensão de censura em uma entrevista em que posicionou o teor de suas obras e sua resistência perante a repressão, demarcando que por mais que a censura engavetasse suas obras, ela não fora capaz de fazê-la parar de escrever (Rios... 1978).

Da escrita imponente, poética e lésbica, Cassandra Rios representa um contraceno da cultura do período militar, se opondo às ordens do AI-5 e dando voz a uma comunidade perseguida, seus escritos e sua trajetória são valiosos tesouros para a

---

<sup>2</sup> Para aprofundar-se no tema, à luz da ciência brasileira, destaca-se a tese de doutorado defendida por Holanda (2020), que se debruçou sobre a trajetória artística da autora e realizou uma pesquisa sobre os impactos da censura em sua literatura.



literatura brasileira, para a comunidade LGBTQIA+ e para a pesquisa da censura literária no país.

## 2 METODOLOGIA

O percurso metodológico dessa pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa (em que tem a oportunidade da interpretação de fenômenos e atribuição de significados) e objetivo exploratório (por observar os registros documentais e seus relatos para tentar explicitar as práticas censórias brasileiras), empenha-se em buscar nos documentos oficiais salvuardados pelo SIAN que demonstram as práticas censórias sobre Cassandra Rios e as suas obras de literatura sáfica (Demo, 1985).

Para compor o *corpus* da pesquisa, utilizou-se a plataforma SIAN para realizar busca no campo “pesquisa digital” pelo termo “Cassandra Rios” em abril de 2026. Utilizam-se as aspas duplas para que a busca não fragmentasse o termo de pesquisa. A recuperação apresentou 29 registros dos fundos de: Telecomunicações Brasileiras Sociedade Anônima (n=2); Divisão de Censura de Diversões Públicas (n=6); Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (n=3); Serviço Nacional de Informações (n=6); Comissão Nacional da Verdade (n=4); Comba Marques Porto (n=1); Serviço de Censura de Diversões Públicas – RJ (n=3); Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (n=4).

Determinado o *corpus* da pesquisa, do volume total de documentos recuperados foram descartados aqueles que não tratavam de censura sobre literatura ou outra expressão artística vinculada à Cassandra Rios.

Por se tratar de uma pesquisa documental os dados foram organizados em uma planilha que facilitou a organização e análise dos dados, que permitiu realizar inferências e reflexões sobre as informações obtidas nos documentos. Informa-se que não foram utilizados recursos de Inteligência Artificial Generativa neste trabalho.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A censura no Brasil durante as ditaduras, sobretudo no período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), trouxe mazelas informacionais para os sujeitos (Dutra, 2021). Essas perdas afetaram o coeficiente criativo e literário, pois obras que se



propuseram a versar sobre o amor, desejo ou paixão entre pessoas do mesmo sexo (homossexuais femininos ou masculinos) eram rechaçadas com o simples motivo de ferir a moral e os bons costumes.

Quanto à análise dos documentos, o Quadro 1 expressa parte dos resultados da pesquisa em que se nota a manifestação de práticas censórias sobre a literatura de Cassandra Rios. Os diversos documentos recuperados no SIAN exemplificam que as ordens de censura prévia ou repreensiva se baseavam no moralismo (Viana, 2023). Entre os documentos recuperados, o Parecer 1.801;82/DCDP demonstra a censura prévia da letra da música “Artifícios”, a justificativa é genuinamente homofóbica, por considerar atentado ao pudor o amor lésbico.

**Quadro 1** – Análise dos documentos censores

Obras	Documento(s)	Tipo de censura	Justificativas
“As Traças”; “Copacabana Posto 6”; “Madrasta”	Ofício nº 1.444/75-DCDP; Ofício nº 1.447/75-DCDP	Solicita censura repreensiva	“[...] por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes”.
Letra musical – Artifícios	Parecer 1.801;82/DCDP	Censura prévia - não liberação da composição	"A presente letra relata o lamento da fugacidade efêmera de um sentimento de amor interior e físico entre duas mulheres". “Considerado seu conteúdo atentatório contra a moral e os bons costumes [...]”.
“O Gigolô”	Portaria 319, DG de 10/04/1979	Censura repreensiva	Para atender à legislação "Portaria 319, DG de 10/04/1979", emitido pela Superintendência Regional de Sergipe.

Fonte: dados de pesquisa (2026).

Verificou-se que a censura repreensiva teve grande impacto sobre a literatura de Cassandra Rios, como demonstrado no extrato parcial da pesquisa (Quadro 1). Nesse tocante, no Fundo “Serviço Nacional de Informações” ao todo foram analisados 12 documentos referentes a um inquérito instaurado para investigar o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional de Estudantes (UNE) em que listam livros nacionais e estrangeiros proibidos por portaria do Ministro da Justiça. Os documentos relatam



censura prévia e repreensiva dos livros: “Copacabana Posto Seis”; “A madrasta”; “Uma mulher diferente”; “As traças”; “Tara”; “Volúpia do pecado”; “Tessa, a gata”; “A breve história de Fábria”; “Georgete”; “A serpente e a flor”; “Nicola Ninfeta”; “A borboleta branca”; “Macária”. Infelizmente, o documento censor não entra em detalhes sobre as motivações que levaram à censura desses livros, necessitando de pesquisas mais profundas e pontuais para esclarecer estes fatos.

Dentre os documentos dos diversos fundos mapeados foram encontrados, além dos registros de censuras, entre citações em peças de teatro e livros em que anunciam e registram a perseguição que as obras de dramaturgos e a própria Cassandra Rios sofreram durante as repressões ditatoriais. Nesse contexto, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), ao abordar o cenário da censura sob a perspectiva dos Direitos Humanos, aprofundou o escopo das violências praticadas, os mecanismos que as sustentaram e os agentes estatais envolvidos na repressão às minorias. Entre os dados sobre censura, o documento aponta que a obra “Eudemônia”, de Cassandra Rios, foi alvo de 16 processos judiciais (Green; Céspedes; Quinalha, 2014).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fim dessa experiência exitosa, recorda-se que trazer o tema das censuras para a BCI tenciona todos os seus campos e segmentos teóricos e práticos. Existe uma invisibilidade provocada por censuras prévias ou repreensivas que levam profissionais e pesquisadores a não falarem sobre certos assuntos em seus locais de trabalho e de pesquisa e continuarem agindo dentro de uma agenda “normal”.

A partir do exposto notou-se as censuras prévias e repreensivas sob a literatura de Cassandra Rios no Brasil. Os documentos recuperados evidenciam as visões pessoais pautadas em discursos moralistas que impediram a circulação e acesso à sua literatura. Assim, o tema continua sendo caro, seja nas práticas sociais, culturais, políticas ou informacionais ou em quaisquer outras oportunidades de debate e construção dialógica.

Enquanto espaço de reflexão rizomática das pesquisas científicas, infere-se que há uma pedagogia normativa da heterossexualidade compulsória nas entrelinhas dos documentos recuperados. Afinal, quando um texto que busca a censura literária invoca



instrumentos deliberativos e usa como justificativa atentado “à moral e aos bons costumes” do que exatamente essa justificativa trata?

Por fim, por estes motivos, a pesquisa aqui proposta reconhece os seus limites teóricos e metodológicos e convida outras mentes para escrutinar essas e outras questões emergentes, utilizando outras abordagens e outras ferramentas para aprofundar as questões sobre censuras que afetam a fruição da literatura sáfica brasileira e outras mais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Presidência da República, 1970. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm). Acesso em: 25 abr. 2026.

BRUM, Roberta Knapik; MARQUETTI, Délcio. Cassandra Rios: uma voz censurada no regime militar no Brasil. **Travessias**, v. 12, n. 1, p. 144-159, 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: textos temáticos. Brasília (DF): CNV, 2014. v. 2. p. 299-312.

CAVALCANTI, Marcycleis Maria; PAJEÚ, Hélio Márcio; BUFREM, Leilah Santiago. Produção científica brasileira em ciência da informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p301>. Acesso em: 4 jan. 2025.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DUTRA, Matheus Pedro. Do anticatólogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 65-80, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/170212>. Acesso em: 18 ago. 2024.

GREEN, James N; CÉSPEDES, Carlos Manuel de; QUINALHA, Renan. Ditadura e homossexualidades. *In*: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**: textos temáticos. Brasília (DF): CNV, 2014. v. 2. p. 299-312.

HOLANDA, Ismênia de Oliveira. **Cassandra Rios ainda resiste**: vida literária, censura, memória e luta por reconhecimento. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.



IGREJA, Paula Ribeiro da. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/170208>. Acesso em: 03 abr. 2026.

MARCELINO, Douglas Attila. Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais** [...] Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em:  
[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371\\_69d320d8e0094c991cdf3bdc782aa866.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206371_69d320d8e0094c991cdf3bdc782aa866.pdf). Acesso em: 28 abr. 2026.

REIMÃO, Sandra; NERY, João Elias; MAUÉS, Flamarion. Tentativas de censura a livros nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro - 2019-2020. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 40, p. 5-18, 2022. Disponível em:  
<https://doi.org/10.5902/1679849X66347>. Acesso em: 03 abr. 2026.

RIOS, Cassandra. [Entrevista cedida a] Mirian Paglia Costa, Maria Adelaide Amaral, Darcy Penteado, Mansa Correia, João Sibéria Trevisan, Glauco Maitoso. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 5, 05 out. 1978.

SALCEDO, Diego; COSTA, Luana Alves de Melo. Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 284-313, 2018. Disponível em:  
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34542>. Acesso em: 03 abr. 2026.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em:  
<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 25 jan. 2024

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 1995.

VIANA, Renata Teodoro. **Páginas proibidas: censura de livros no Brasil**. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em:  
[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252617/TCC\\_Paginas-Proibidas-Censura-Livros-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252617/TCC_Paginas-Proibidas-Censura-Livros-Brasil.pdf?sequence=2&isAllowed=y). Acesso em: 09 jan. 2024.

VILLALTA, Luiz Carlos. Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil**. São Paulo: EDUSP : Imprensa Oficial do Estado : FAPESP, 2021.

